



OUTRA COMUNICAÇÃO POSSÍVEL/NECESSÁRIA E/OU A CRÍTICA DA CRÍTICA CRÍTICA***

***Ensaio Apresentado ao GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura –no IX Encontro de Grupos/Núcleos de Pesquisas– do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2009).

ROBERTO DELLA SANTA BARROS** (paráfrase à *Sagrada Família*, de K. Marx e F. Engels)

**Professor do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

A perspectiva de democratização da comunicação não se trata de uma bandeira nova no horizonte dos movimentos sociais. Por um lado, no campo da crítica à economia política das comunicações há uma série de iniciativas, campanhas e fóruns que se destacam por incorporar em suas práticas e concepções a denúncia e crítica social aos temas da concentração, oligopolização e/ou monopólio da propriedade privada dos meios fundamentais de produção social de bens culturais e comunicacionais e, por outro, tratam também das problemáticas derivadas da manipulação e “alienação” das formas de consciência social daí decorrentes. Ao ocaso do séc. XX e alvorecer do séc. XXI –não obstante– uma série de processos históricos marcaram o embrião de uma *nova primavera social* a qual muitos/as autores/as já identificam a algo tal como uma espécie de «*novo internacionalismo*» ora em percurso.

PALAVRAS-CHAVE

i. Jornalismo e Crítica Social & Jornalismo e Transição Social ; ii. Comunicação para a Cidadania Política & Comunicação para a Emancipação Humana ; iii. Consciência e Comunicação & Comunicação e Trabalho ; iv. Fórum Social Mundial / Fórum Mundial de Mídia Livre / *Le Monde Diplomatique*-ATTAC ; v. *pensamento único/jornalismo de mercado, maneiras de ver/jornalismo crítico e novo altermundialismo*.

Da *crise do marxismo*, à falência de toda *metanarrativa* até, por fim, *O FIM DA HISTÓRIA*.¹

Em poucas palavras, miséria teórica –e *ideologia* única– da chamada ofensiva *neoliberal*. Porém, um aluvião de novos ares –desde movimentos sociais com centralidade no trabalho– suscita um novo céu sob assalto do pensamento marxista. A crítica social-espontaneísta à universalização do fetiche mercantil, presente de modo difuso em insígnias alterglobalistas, ora enreda-se à crítica teórico-política mais radical à propriedade privada, pista de vôo pavimentada de-há muito desde o autor d’*O CAPITAL* (e atualizada por inequívoca manifestação de crise *estrutural* do capital). A resistência e *luta* contra expressões epifenomênicas da ordem do capital aí encontra, desde a perspectiva marxista, *importante fundamento*. Da *fracture sociale* de trabalhadores estatais na Paris de 1995 ao jovem protesto ressoado –à anti-cúpula da OMC– na Seattle de 1999, do multitudinário movimento social anti-guerra, em Barcelona a, em especial, diversas insurreições sociais proletárias ocorridas na América Latina –já seja em Buenos Aires, Quito e/ou La Paz– à aurora do séc. XXI, *refranqueou-se* ambiência ideológica propícia à difusão da crítica marxiana.

¹ Os anos noventa foram especialmente duros para o marxismo quando apologetas a soldo do capital decretaram que o que tivera fim –à URSS e Leste Europeu– não fora a ditadura stalinista mas sobretudo o *mal-dito real-socialismo*. O término da “Guerra Fria” propiciou a oportunidade –por primeira vez à história– para que o capital e sua ordem pronunciassem seus nomes próprios, abertamente, numa ideologia que anunciava a chegada do ponto final à *práxis histórica*, construído por sobre as premissas do livre-mercado, para além do que seria impossível imaginar melhorias substanciais. Francis Fukuyama deu-lhe a expressão teórica mais ampla e ambiciosa enquanto em outras expressões –mais vagas e populares– também se difundiu a derradeira *distopia*: “o capitalismo é o destino histórico-universal, permanente e inevitável” do gênero humano enquanto tal. “*Por fora da realização deste destino pleno*”, dizia-se, “*There Is No Alternative*”. O argumento de *THE END OF HISTORY AND THE LAST MAN* foi deslocado, em sua mais nova obra produzida após-invasão do Iraque, a bastante (re)veladora *AMERICA AT THE CROSSROAD. O FIM DA HISTÓRIA* –de Hegel, Kôjeve, Fukuyama e, mesmo, do último Anderson– *assistiu desta forma a seu próprio final*. Se há pouco se sentiu anunciar o que seria uma *CRISE DA CRISE DO MARXISMO* vê-se já, à *nova ocasião*, um Fim ao *FIM DA HISTÓRIA*.



A premissa elemental da unidade *dialética* entre teoria e práxis –tão-só, aqui, *pré-suposta*– necessitaria de maior desenvolvimento. Iniciemos por constatar que –a linhas gerais– no Brasil:

... a retomada de colóquios sobre a obra de Marx –e do polissêmico campo marxista– nas diversas universidades [públicas] brasileiras, a vitalidade das revistas marxistas –como CRÍTICA MARXISTA, MARGEM ESQUERDA, OUTUBRO etc.–, a edição de obras marxistas (...) a reedição de seus clássicos com novas traduções e, em especial, o uso de referências desse campo nas investigações de distintos temas, comprova que a vasta operação ideológica empreendida por agências e fundações estrangeiras, comitês assessores de órgãos de fomento, conselhos editoriais (...) e colegiados de pós-graduações de diversos programas, *apesar de ter sido bem-sucedida ao erigir obstáculos de toda ordem à circulação do pensamento marxista, não pôde calar vigorosa tradição intelectual.* (LEHER, 2005, p. 01, colchete e grifos nossos).

O labor social ou *canteiro de obras*. Com o *símile do edifício* pode-se aferir a produção de conhecimento no horizonte marxista tal trabalho social, *práxis humana socialmente necessária, os andaimes soerguem-se –desde a base ao topo do constructo– em devir*; sinalizam-se os contornos, medeiam-se às relações entre distintos/as trabalhadores/as, ajuda-se a distribuir a atividade total e a se apropriar o produto geral objetivado pelo trabalho social pré-ideado e coletivamente organizado (Lenin, 1979; Löwy, 1998, p.21 ; Bianchi, 2007, p.2). O marxismo é, *sobretudo*, perspectiva baseada em complexo aberto e *inconcluso*, diverso e *omnilateral*, vir-a-ser.

À enésima “morte” anunciada –desde con-texto mundial após-queda do Muro de Berlim– uma série de intelectuais, militantes e organizações de vários países se puseram a *co-laborar* por sobre as ruínas da expropriação dogmático-determinista do mal-chamado “*marxismo soviético*”.² A crítica à reconversão *politicista* do pensamento marxista à lógica do *apparatchik moscovita* –fenômeno de *stalinização*, deste, como *negação* à morte, daquele– *implica desafio de rigorosa e paciente re-laboração crítica* objetivando, enfim, reconstruir as “bases para a lenta mas segura revalorização da obra de Marx na qual certezas são deixadas de lado para dar lugar à pesquisa. (...) e em meio aos escombros é já possível vislumbrar um trabalho realizado” (BIANCHI, *idem*).

No entanto, as possibilidades abertas colocam-se claramente numa situação determinada. Se é possível afirmar que já não são os piores anos da *ideologia única* orientada-para-o-mercado a determinar a ambiência cultural presente, tampouco se vislumbra a *contra-ofensiva socialista*. Trata-se, mais bem, de uma disjuntiva histórica de transição onde “o velho não acaba de morrer e o novo não pôde ainda nascer”. Seguindo à clássica asseveração marxista gramsciana, podemos apreender que toda sorte de fenômeno contraditório pode vir-a-ser no “aqui e agora” do con-texto ideológico. Esta situação –desde o ocaso do séc. XX e o espreguiçar-se do séc. XXI, nada obstante– traz uma série de processos históricos que marcam o embrião de uma *nova primavera*

² Outra denominação também problemática, haja vista abismo entre signo e significante, seria marxismo-leninismo. Contra o paradigma mecanicista prevalecente à II Internacional reformista e à III Internacional burocratizada, várias vozes dissonantes se alçaram, desde Gramsci e Luxemburgo a Lenin e Lukács, passando pela Oposição de Esquerda –futura Quarta Internacional– até sob outro modo, o próprio movimento político-intelectual das “*Novas Esquerdas*”.

social a qual muitos/as autores/as identificam com uma espécie de “novo internacionalismo”, “movimento dos movimentos” e/ou “altermundialismo”. O claro questionamento, ainda que algo molecular, aos postulados da *globalização*³ (neo)liberal nas anti-cúpulas de Seattle, Barcelona e Gênova –junto à crítica espontânea das novas insurreições sociais operárias e populares de Quito, Buenos Aires e La Paz– vai de encontro a séries complexas de expressões fenomênicas do sistema sociometabólico do capital e a sua respectiva ordem societária. *Sim, há outra alternativa.*

Estamos tratando aqui de processos subjacentes à formação do *Fórum Social Mundial* (FSM), cujo mote de visão utópica –*ôu-topía* ou “não-lugar”– sintetiza “outro mundo possível”. Enquanto uma centralidade contemporânea ao FSM apresenta-se, como condição *sine qua non* para a configuração mesma deste “*outro mundo possível*”, o dito “campo da comunicação”. A perspectiva de democratização da comunicação, contudo, não se trata de uma bandeira nova no horizonte dos movimentos sociais, em seus mais diversos desdobramentos e implicações várias. Por um lado, desde a crítica à economia política da comunicação há uma série de iniciativas, campanhas e fóruns que se destacam por incorporar em suas práticas/discursos a denúncia social aos temas da concentração (e/ou oligopolização) da propriedade privada dos meios fundamentais de produção social de bens culturais e comunicacionais e, por outro, trata-se também de toda problemática derivada das manipulações –e, ou, “alienação” *lato sensu*– do *ser social consciente*.

Não caberia, em *primeiro momento*, caracterizar como e porquê o *campo da comunicação* assume tal centralidade contemporânea, com gênese e devir no FSM, tal como este se apresenta. Nada mais assinalemos que ao *re-velar* a “centralidade da comunicação” –por assim chamá-la–coetaneamente *vela-se* a real indissociabilidade do complexo *trabalho/sociabilidade/linguagem*.⁴ A tese fulcral da *centralidade da comunicação* atravessa –de modo estrutural e estruturante, movido e movente– processo de gênese, formação e perspectiva do dito *novo internacionalismo*. Como referência central deste devir encontra-se o jornal francês *Le Monde Diplomatique*.⁵ A análise concreta de limites e possibilidades à impositação político-programática mundialmente difundida por este jornal na crítica social-consciosamente a “*pensée unique*” (pensamento único) e seu *equivalente jornalístico* ou “*journalisme de marché*” (jornalismo de mercado) –ambos termos cunhados por seus ideólogos–, permite vislumbrar a necessidade de *superação dialética*, em meio à trágica atualidade da *crise estrutural do capital*, daquilo que István Mészáros identifica como a “linha de menor resistência” à irracionalidade, destrutividade e incontrolabilidade do metabolismo social da sociedade produtora de mercancias *também* no chamado “*campo da comunicação*”. Mais que exposição “pronta e acabada” trata-se de temas e questões em processo.

³ Um neologismo anglofrancófono –*duvidosa penetração teórica*– ecoado por economistas da “Escola de Chicago”.

⁴ Não será possível desenvolver a tese axial da vigência e atualidade da *centralidade ontológica do trabalho social*.

⁵ Vide o desenvolvimento deste trabalho –situado à seqüência– para o *sujeito* (“*objeto*”) desta pesquisa exploratória.

Já seja no intercâmbio informativo proporcionado pela rede mundial de computadores em centro nevrálgico de acumulação do capital, em Washington, ou no chamado à solidariedade ativa –através de uma rádio comunitária– a uma greve política na periferia do sistema, em Oaxaca, a comunicação social apresenta-se sempre como mediação, possível e necessária, à construção deste “outro mundo possível”. Afirma-se então, a partir de ricas/várias multideterminações, que “*outra comunicação é possível*”. Já em sua nona edição, contudo, o ideário *realmente existente* em torno ao Fórum Social Mundial (FSM) apresenta limites evidentes –até mesmo para o seu “núcleo duro”, a *intelligentzia*– no sentido de garantir, impulsionar e coordenar resistência e *luta* organizadas na perspectiva de uma transformação social global. A distância que separa as barricadas de rua das lutas diretas e as cátedras universitárias que acolhem o FSM evidencia um deslocamento não só geotopográfico mas, sobretudo, social e *político*. Esta *linha de menor resistência* ao sistema sociometabólico do capital –qual seja, a perspectiva de “humanização do capital” e sua ordem *estruturalmente desumana*– impregna organizações dirigentes do FSM circunscrevendo a necessidade social de *emancipação humana* (“liberdade” / igualdade social, substantiva) –e o seu congêneres de *outra comunicação possível/necessária*– à miséria terrena e omnipresente da *cidadania política* (“democracia” / igualdade jurídica, formal). A análise crítica à impositação político-editorial (a “*manières de voir*” alternativas, bem como) ao “*journalisme critique*” do *Le Monde Diplomatique*, dar-se-ão à luz da *centralidade ontológica do trabalho social* e, seu corolário, a *centralidade política da classe proletária*: a “atividade comunicacional” e o trabalho *em relação*.

Se é verdade que o FSM apresentou-se e re-apresentou-se como síntese original de nova situação mundial na qual a rebeldia voltava à cena sob a insígnia de que “*outro mundo é possível*”, então o mesmo pode-se dizer em relação ao jornal *Le Monde Diplomatique* (LMD) – desde o assim-chamado “campo da comunicação”– a partir da palavra-de-ordem *outra comunicação é possível*. Não há movimento *altermundialista* que ignore a processualidade ideal do FSM⁶ (e do LMD) como tal. No entanto, é preciso contextualizar as coordenadas históricas e sociais que o consubstancia. Se partirmos do quadrante histórico que corresponde ao último

⁶ Não cabe, por ora, desenvolver quadro descritivo e analítico exaustivo do processo do FSM *em-si*. Consideramos aqui ao menos três eixos axiais: i) o referido processo já foi analisado alhures, em minúcia, por comentaristas das mais diversas concepções teórico-metodológicas e desde as várias áreas do conhecimento, ii) de acordo com nossas hipóteses diretas e/ou orientações axiológicas, *não* concebemos o FSM enquanto centralidade do que veio a se conhecer como “movimento *altermundialista*” (mais valeria dizê-lo tentativa de sua *institucionalização*) e, por fim, iii) compreendemos –e, em tal caracterização, *subscrevemos* teses *marxistas*– que o processo supracitado, bastante contraditório já desde sua gênese, esvaziou-se, descentrou-se e fragmentou-se de tal forma que dificulta (quase *impossibilita*) aglutinações programáticas anticapitalistas e/ou cronogramas unitários de luta antiimperialista. Assim; garantir, impulsionar e *organizar* o desenvolvimento de campanhas, fóruns e plataformas contra o Plano Colômbia (2001), anti-ALCA (2002) e anti-Guerra (2003), por exemplo, passa a comportar a coetânea necessidade de fazê-lo apesar, à revelia e, enfim, *contra* limitantes disposições discursivo-praxiológicas *de seus próprios órgãos dirigentes* (Silva, 2001; Coutinho, 2007; Gonçalves, 2009). A crítica parte da pressuposição dialética da *unidade* teoria / práxis.



quartel do século passado situando-o em torno à *ideologia dominante* deste período apreenderemos, enquanto elemento fundamental, a forma social como as *classes dominantes* apresentaram-se e re-presentaram-se no cenário político e econômico como fulcro de um novo *momentum* de prosperidade material e espiritual, de um “mundo livre” ampliado à larga escala –a partir de um desenvolvimento (capitalista) pretensamente imune a contradições, alforriado do “ônus” do *Estado-Leviatã*– e, para todos os efeitos, expansivo à maioria da população mundial e aos quatro cantos do planeta. O recurso retórico às inovações tecno-científicas, à chamada “sociedade do conhecimento” e ao tão-alardeado «*consórcio histórico*» entre democracia e mercado –sob a *supremacia capitalista* norte-americana nas esferas política, econômica, militar e cultural– seriam determinantes, deste modo, na configuração ideológica da formação discursiva que dominou a arena mundial a partir do colapso da burocracia (*anti*)soviética da ex-URSS e das ditaduras stalinistas ao Leste Europeu. Teríamos chegado –ao menos segundo a *Sagrada Família do Capital como causa sui*– ao fim da história. Bem sabemos hoje, porém, que para além do *envoltório místico* detrás do qual se oculta a *sagrada família* estão suas *práticas terrestres*. Por fim –e categoricamente– aparência e essência. Se o permite cientista social Daniel Bensaid: “As ardentes correntes de indignação não são tão solúveis nas túbias águas da resignação consensual”.

O que a poética de Bensaid (2002) expressa é algo como a “velha toupeira”, de Hegel ou Shakespeare, “as torrentes subterrâneas de repúdio ao liberalismo econômico estavam prontas para desembocar em Seattle e demonstrar ao mundo a silenciosa mas pujante força que se havia ido construindo (...) intenso e fervente debate e magnitude do protesto” (Seoane e Taddei, 2001). Seattle –após uma década da queda do Muro de Berlim– foi a uma só vez a expressão complexa, contraditória e multifacetada assumida pela culminação de um processo de deslocamento na relação de forças entre os movimentos sociais –seguida por Praga, Gênova, Barcelona e largo etc.– e, ao mesmo tempo, a abertura de uma nova situação na qual o movimento social mesmo – de trabalhadores em luta, pequenos camponeses e a própria juventude rebelde– passa a questionar, criticar e negar, *abertamente*, a hegemonia neoliberal. Não nos interessa ingressar no terreno algo pantanoso da exata datação do que seria a origem do “movimento altermundialista” –se em 1994, com o levante armado neozapatista de Chiapas a partir do tratado NAFTA; se em 1996, no I Encontro Americano contra o Neoliberalismo e pela Humanidade; ou se em 1999, na manifestação anti-OMC, nos EUA–, haja vista que marcos desta natureza sempre guardam algo de *arbitrariedade*. Para além da controvérsia menor em relação à periodização histórica, põem-se

os diferentes movimentos e explosões sociais, bem como a variedade de greves e rebeliões que estamos presenciando, nessa fase de mundialização dos capitais, indicam que adentramos também numa nova fase de mundialização das lutas sociais e das ações coletivas. Ações estas que são desencadeadas ora a partir dos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho –como as greves que ocorrem, quotidianamente, em tantas partes do mundo– ora

através das ações dos movimentos sociais dos desempregados que compreendem a crescente e enorme parcela dos que se integram no mundo do trabalho pela forma do desemprego e da desintegração. Desde Seattle, passando por Praga, Nice, pela confrontação social e política em Gênova e, ainda, mais recentemente, pela explosão social na Argentina desde dezembro de 2001 –e também em vários outros países da América Latina–, exemplos por certo multifacetados, mas eivados de significado e consequência e que se constituem em importantes sinais de que uma nova era de embates sociais mundializados serão o traço constitutivo desse novo séc. XXI que se inicia. São, portanto, ricos exemplos das novas formas da confrontação social em curso, contra a lógica destrutiva que preside a (des)sociabilidade contemporânea [e/ou da *Crise Estrutural do Capital*]. (ANTUNES, 2004).

Ignacio Ramonet, em editorial do LMD de meados dos anos 90, cunhou o termo *pensée unique* –quase absolutizado, durante o decênio passado– para re-apresentar, em verdade, “a tradução em termos ideológicos e com pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular aquelas do capital financeiro internacional” (Ramonet, 1998). A fórmula tatcheriana –*there is no alternative* (“TINA”)– parecia universalizar-se, inclusive entre aquelas forças sociais e políticas que, supostamente, deveriam hostilizá-la. A “batalha de idéias” lastreava-se num *capitalismo monopolista* que –apesar de *aparentemente* triunfante– agonizava em *crise estrutural*, sôfrego por medidas que recompusessem a taxa de lucratividade decrescente, superando a recessão de longo termo. Não obstante, *o poder da ideologia* (Mészáros, 2000) não pôde ocultar por muito tempo *a rudeza material do devir*. O capitalismo –modo de produção *determinado*– impôs a *regressão histórica* de direitos e conquistas alcançados através de reformas e revoluções durante o séc. XX em ofensiva material e ideológica sem precedentes contra os trabalhadores em luta, os movimentos sociais, o sindicalismo de classe e partidos políticos anticapitalistas identificados, de alguma forma, com a causa da futura transição socialista. A institucionalidade política e econômica ancorada no “equilíbrio instável” do sistema mundial inter-Estados após-1945 –o assim-chamado “consenso keynesiano”– despedaçava-se vertiginosamente, tal qual estrondosa foi a derrubada do Muro de Berlim, enquanto as novas (e não tão novas) personificações históricas da ordem do capital exigiam a reestruturação das relações entre corporações capitalistas, organismos multilaterais, e, os diferentes Estados-nação.

Ressaltamos que –no mais das vezes– o recente contexto propicia, tão-somente, o que consideráramos como *críticas espontaneístas à universalização da lógica mercantil a todas as esferas do mundo social*,⁷ presentes na maior parte das atuais bandeiras “antiglobalização”. Contraditoriamente, e a despeito de evidente limitação citada, possibilita-se historicamente a

⁷ “Foi contra esse mundo mercantilizado que se levantou a nova opinião pública democrática do mundo, gritando que o mundo não é uma mercadoria, que o mundo não está à venda, que o essencial não tem preço. O que nos une a todos, antes de tudo, é a luta contra a mercantilização do mundo. Contra a concepção e a prática de que tudo se vende, de que tudo se compra, de que o mercado e os seus preços manipulados definem o que se pode e não se pode fazer, o que é bom e o que é ruim, o que é belo e o que é feio, o que é justo e o que é injusto” (SADER, 2001). Pensamos que, em certa medida e desde determinada perspectiva, esta concepção reflete elementos importantes trazidos pelo movimento altermundialista. Porém –*como todos reflexos*– expressa refrações, distorções e *desvios*.



retomada/desenvolvimento de uma crítica marxista à sociedade produtora de mercadorias e à ordem do capital a qual vem gradativamente –*passados os piores anos da ofensiva neoliberal*– saindo de uma posição defensiva e voltando à cena histórica. “Os conflitos sociais mais significativos do último quarto de século nos mostram que é nos espaços dos movimentos que o continente teórico aberto por Marx segue com a vibração da vida” (Leher, 2004). “É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas” –não obstante, dizia Marx–, “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (*idem*, 1993). Se o caminho a percorrer é largo não é menos verdade –contudo– que seja, fundamentalmente, possível e *necessário*. “As idéias do marxismo e os gestos políticos transformadores se encontram na Campanha Nacional contra a ALCA, nas ocupações do MST, nos enfrentamentos do povo boliviano (...), nos movimentos que forjam alternativas anticapitalistas ante governos que, eleitos com críticas ao neoliberalismo, seguem operando nos estreitos limites das orientações desenhadas pelo FMI/BM/OMC –em suma– em coletivos que almejam a emancipação e a democracia tal qual expressão do *socialismo praticado desde o presente*” (Leher, *idem, ibidem*).

Porto Alegre –expressão, alusiva e contraditória, desta tendência histórica– sediou as primeiras edições ocorridas, no país, a partir de 2001. Propunha-se a ser a contraposição política e organizativa a Davos, cidade suíça que hospeda o Fórum Econômico Mundial (FME), reunindo desta maneira a ativistas, intelectuais e organizações *antineoliberalismo* e/ou *antiglobalização*. O empresário brasileiro –e membro do Comitê de Empresários do PT–, Oded Grajew, o diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique* e presidente internacional da ATTAC, Bernard Cassen, e o representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB –a Comissão Nacional de Bispos do Brasil–, Francisco Withacker, foram os membros-fundacionais que inspiraram a idéia. Tão-só após-definidos os seus contornos (e limites), políticos e organizativos, aderiram (poucos) movimentos sociais de massa com centralidade no trabalho tal como a CUT e o MST brasileiros.

O último quartel do século passado presenciou a emergência de *novos movimentos sociais*. Vinculado ao vigoroso ascenso social e político dos anos 60 e 70, à luta pela expansão dos direitos fundamentais e à afirmação da identidade de agentes sociais até então marginalizados, esse processo renovou as formas tradicionais de se fazer política, introduzindo novas táticas de mobilização popular (e/ou *formas* organizativas). De maneira geral, podem-se assinalar três coordenadas históricas que in-formam o contexto no qual esses *novos movimentos* tiveram lugar: (i) crise e crítica das formas tradicionais de organização substantivadas nos partidos social-democratas e stalinistas bem como nos sindicatos –tradicionalmente– conectados a estes; (ii) crise do Estado de Bem-Estar Social em seu potencial de passivação das classes subalternas; (iii) crise dos *règimes* anti-democráticos, da América Latina e do Leste Europeu (Bianchi, 2008).

Tais *processos e estruturas*, combinados em maneira desigual, deram origem a formas renovadas de política que, rompendo com antigas instituições, inauguraram *um novo ciclo histórico* ao introduzir práticas sócio-históricas inovadoras, reinventar solidariedades ativas e produzir formas originais de organização social-política para o “*mundo do trabalho*” ou *dos/as trabalhadores/as*.⁸

Trata-se, em verdade, de um fenômeno mais amplo. Uma vaga revolucionária mundial, que sacudiu o Velho Continente, reverberou nos Estados Unidos e teve, ainda, extraordinária ressonância na América Latina (e, inclusive, ao Brasil). Uma verdadeira onda internacional de insurreições sociais operárias e populares –de 1967 a 1975 (Ali, 2008)– nos centros nervosos de acumulação do capital que, apesar de ter em Paris seu epicentro revolucionário, foi muito mais além das margens do Rio Sena. A impetuosa situação revolucionária que varreu como rastilho de pólvora *détour* de Paris a Berlim e de Praga a Turim –animando negros/as norte-americanos, operários/as tchecos/as e estudantes brasileiros/as– assombrou, tal qual um espectro inarrestável, às classes proprietárias. Um ciclo histórico que, apesar de ulteriormente encerrado (com a *derrota* da Revolução dos Cravos) apresentou –à ordem do dia– a *trans/form/ação* de todas as relações sociais. À temática dos “novos movimentos sociais” –à distância de quase um quartel de século– vêm ora se agregar o que poderíamos denominar como “novíssimos” movimentos sociais, i.e., *altermundialistas*. Do limiar histórico dos “anos áureos do capital” aos limites atuais (e atuantes) de sua *crise estrutural*, contudo, não se passou de modo incólume. E mais. Após o colapso de partidos, organizações e Estados que conspurcaram o seu projeto emancipatório original o programa marxista volta à cena tal perspectiva crítica que reabilita devir de interpretação –e *transformação*– do mundo. Não obstante, move-se sob presente histórico em muito avesso a seus substratos mais graníticos de libertação humana. Neste contexto histórico global se inserem as processualidades do FSM e do LMD. O jornal francês será aqui tomado enquanto uma forma de *intelectual coletivo* (mais ou menos orgânico) e, todavia, tradução *típica* de temas e *problemas* expressos pelo FSM desde o dito *campo da comunicação*. A análise de sua impostação político-programática –discursiva/praxiológica– permite revelar questões atinentes a um problema nodal.⁹

Em abril de 1997 realizou-se, na *City* londrina, um debate histórico entre as redações de dois dos mais respeitáveis periódicos da Europa Ocidental: o anglófono *Financial Times* e o francófono LMD. Halimi, intelectual, professor de comunicação e destacado colaborador do *Diplô* –como é conhecido o jornal francês–, iniciava desta maneira sua intervenção oral, dirigindo-se a uma platéia singular de trabalhadores/as-jornalistas: “Jornalistas e intelectuais, que fazer num mundo onde 358 bilionários detêm mais da metade de toda a riqueza da população do

⁸ Os novos movimentos sociais puseram o teor polissêmico/plurifacético, *multideterminado*, das classes subalternas.

⁹ Ou seja, construir *o outro mundo* –e, simultaneamente, *uma outra comunicação*– tanto *possível* quanto *necessário*.

planeta? Um mundo em que um país, Moçambique, onde a quarta parte das crianças morre de doenças infecciosas antes de atingir a idade de cinco anos, gasta duas vezes mais com o pagamento da dívida externa do que com saúde/educação pública?” (HALIMI, 1999/2007, p.61). Desta maneira Halimi propunha-se a uma interlocução com setores intelectuais –ou, mais precisamente, *jornalistas profissionais*– em sentido eminentemente crítico. “O que fazer quando os que assinam os cheques, os que redigem as leis, os que investem, os que reestruturam, os que demitem, são também os nossos patrões, os nossos anunciantes, os nossos distribuidores, os nossos interlocutores, são, enfim, quem decide?”. Segundo sua avaliação, em ambas as margens do Canal da Mancha –bem como todo o mundo– existiria *a necessidade urgente de dissidência*.

Docente da Universidade de Paris VIII, o jornalista escreveu peça em que sistematiza sua discussão sobre as relações entre mídia e poder –principalmente na França–, cujo título já traz indícios de seus pressupostos: *Les Nouveaux Chiens de Garde* (ou *Os Novos Cães de Guarda*).¹⁰ O ensaio –publicado, no Brasil, pela editora Vozes em 1998– cria uma analogia com a obra de Paul Nizan, na qual os pensadores comprometidos com o *status quo* são chamados de os *cães de guarda*. Ao dizer de Halimi, atualmente, “os simuladores dispõem, com mais freqüência, de uma maquiadora e de um microfone do que uma cátedra. (...) São os novos cães de guarda” (HALIMI, 1998, p.13). Em direção semelhante, Ignacio Ramonet –jornalista do mesmo LMD e professor da Universidade de Paris VII–, cunhou a expressão (já conhecida entre nós) de *pensée unique*,¹¹ que seria nada mais e nada menos do que *a tradução em termos ideológicos* –e com pretensão universal– *dos interesses de um conjunto de forças econômicas*, em particular as do capital internacional. Ou ainda, na explicação dada durante colóquio, em intervenção de Halimi:

Trata-se da propagação, através dos principais órgãos de imprensa, das políticas neoliberais recomendadas pelas grandes organizações econômicas internacionais que usam –e abusam– do crédito, estatísticas e autoridade que ainda lhes são conferidos: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). (HALIMI, *idem, ibidem*.)

No Brasil, as idéias de Halimi e Ramonet ressoam em parcela razoável do que podemos chamar o *novo jornalismo alternativo brasileiro*.¹² José Arbex Jr., editor-especial de Caros Amigos, publicou artigo *Questão de Consciência* no qual se observa aspectos relevantes que guardam notável semelhança com viés dos jornalistas europeus. “O poder avassalador do ‘pensamento único’ resulta de processo histórico que fez coincidir o suposto ‘fim das ideologias’ e surgimento de megacorporações da mídia. ... *essenciais ao ... capitalismo*”. (ARBEX, 2001.)

¹⁰ Aqui notamos indício importante à *desconsideração de natureza* (e limites) *das contradições internas da redação*.

¹¹ Agradecimentos a Jô Amado, jornalista e tradutor da equipe brasileira do *Le Monde Diplomatique*, o qual nos indicou a matriz original em idioma francês da expressão, citada ao longo do texto, e ajudou-nos em *várias ocasiões*.

¹² A caracterização histórico-crítica da *imprensa alternativa brasileira* de Diego Barcelos Cruz, Raimundo Rodrigues Pereira e outros/as permite *atualização* (polêmica) de conceito *restrito*, por Bernardo Kucinski, às décadas de 60/70 em obra constituída tal qual *cânone consagrado à literatura especializada* neste campo de estudos.



Para Halimi o *pensée unique* viria –enquanto formação histórico-concreta– de maneira indissociável ao *journalisme de marche*.¹³ Este último encarregar-se-ia das configurações ideológicas do neoliberalismo político em seu enquadramento jornalístico, em uma formação discursiva particularmente penetrante que “associa, automaticamente, a ‘modernidade’ à livre-iniciativa (‘abertura’), à moeda única (‘força’), à desregulamentação (‘flexibilidade’), às privatizações (‘concorrência’), à comunicação (exceto para os ‘sem-rede’), à ‘Europa’ (da livre-iniciativa, da moeda única, da desregulamentação, das privatizações e comunicação)” (*op. cit.*). Como fica evidenciado nas marcas de enunciação presentes em sua fala, Halimi referencia-se pelo tempo-espaço sociais da Europa Ocidental, delimitando assim sua análise. O jornalista José Arbex Jr. –por sua vez– faz menção ao termo num texto chamado *Os Oligopólios e o Show-ralismo*, no qual se dirige ao Congresso da Federação Nacional dos Jornalistas (a FENAJ), fazendo –subseqüentemente– uma *alusão direta* à realidade socioeconômica e política brasileira.

O LMD criou a expressão “jornalistas de mercado” (em oposição a “jornalistas críticos”) para designar um grupo (amplamente majoritário) de jornalistas que, espontaneamente, adotam as concepções –e os métodos (...)– neoliberais. No Brasil, por exemplo, a rádio Eldorado pertencente ao grupo do “Estadão” –concedeu a Itamar o jocoso troféu de “cara-de-pau”, ao lado dos vereadores corruptos da Câmara Municipal de São Paulo, por ter decretado a moratória [à dívida pública] que, daí, virou sinônimo de banditismo! (ARBEX, *idem, ibidem*).

A partir desta “velha premissa” podemos inferir de alguma forma os “novos aspectos” introduzidos na perspectiva dos/as trabalhadores/as-jornalistas “*orientados-para-o-mercado*”. Enfim, estar-se-ia desta forma discorrendo sobre as novas configurações simbólicas da ideologia dominante, forjadas em torno da ordem política e econômica imperialista contemporânea; gerada, esta, através do ideário correspondente ao *neoliberalismo político*, por um lado, e pela chamada *reestruturação capitalista*, por outro. Desse modo, haveria uma expressão no plano das idéias –evidenciada desde a denominada Ordem de Bretton Woods até o Acordo Multilateral de Investimentos, o AMI– a refletir todo um conjunto de contra-reformas desde o segundo pós-guerra até ambiência específica do que se convencionou chamar como Consenso de Washington. A partir desta apresentação ensaiamos algo tal uma *carta de intenções* desde uma pesquisa *em andamento*, exploratório-tentativa, sobre confecção de anteprojeto, levantamento documental-historiográfico, pesquisa bibliográfica sobre “estado da arte” e construção de hipóteses diretivas. Acreditamos que a natureza *essencialmente* coletiva deste trabalho intelectual, na perspectiva marxista, atribui sentido de *per se* à antecipação desta espécie de diagrama rudimentar *em devir*. Na aferição das coordenadas históricas preponderantes deste, *intermezzo* entre *ser* e *dever-ser*, esperamos amearhar *companheiros-de-viagem* no que se refere à perspectiva de re-assunção plena de um horizonte immanentemente *revolucionário* ao Método de Crítica à Economia Política.

¹³ Agradecemos –outra vez– a Jô Amado e a toda equipe brasileira do *Le Monde Diplomatique* pela atenção e trato.

O escopo de tal universo empírico-genérico deve abranger, em face de tais pressupostos, todo um ciclo histórico que cremos iniciar-se coetaneamente ao lançamento do “grito-de-guerra” político-editorial de Halimi (1997) junto à gênese mesma dos *novíssimos movimentos sociais*, até –mais de uma década depois– o anúncio do desgaste das fórmulas do Fórum Social Mundial, simultaneamente ao apregoado geral da Crise Econômica Mundial (que desata em 2008/2009). A fundação de uma *Association por une Taxation des Transactions Financières por l’Aide aux Citoyens*, ou ATTAC,¹⁴ e os Fórum Social Mundial de Porto Alegre e Fórum Mundial de Mídia Livre, certamente, devem ser lidos, material e ideologicamente, desde suas práticas e discursos: a impoção político-programática / editorial plasmada em manifestos, cartas e editoriais-chave. Mas sobretudo nos interessa, desde uma *série complexa de múltiplas determinações*, perscrutar como e por que –de que forma e em que medida– o chamado *paradigma da comunicação* fixou sua centralidade axiológica a partir deste núcleo político e editorial duro nos idos de 90 e 2000.¹⁵ Trata-se, justamente, do pior ciclo de ofensiva que o império do capital já desferiu ao trabalho.¹⁶

“Eles mundializaram o capital, é preciso globalizar a revolta”. Sob esta *consigna* geral do movimento altermundialista, LMD tratou de internacionalizar escopo de “*agir comunicacional*”: aproximadamente 70 edições internacionais, em mais de 35 países, e, pelo menos, 25 idiomas. A crítica à ideologia única, nas mais diversas esferas, em: africâner, alemão, inglês, árabe, catalão, chinês, coreano, esperanto, espanhol, farsi, finlandês, grego, italiano, japonês, norueguês, português, tcheco, esloveno e etc. A onda de internacionalização iniciada em meados de 70 toma fôlego nos anos 90 em co-edições com *Tageszeitung* (Berlim), *Il Manifesto* (Roma) e *L-Press* (Madri) na Europa Ocidental e *Cono Sur* (Buenos Aires) na América Latina, com expansão para Chile, Bolívia, Colômbia e México. O mundo árabe –através de LMD *Éditions Arabes*– publica traduções e artigos locais em Qatar, Arábia Saudita, Irã e Egito; enquanto o Leste Europeu assegura edições húngara e russa, polonesa e sérvia; e, Japão e Índia, estreiam na Ásia. “Estão entre os herdeiros do Maio de 68 espalhados pelo mundo, que pertencem ao movimento altermundialista (...) desejosos por contribuir para a difusão do *Diplô...*”. (VIDAL, 2007, p.125.)

¹⁴ “Enquanto os mercados financeiros, e a lógica do lucro, tomam –de maneira crescente– o controle da sociedade a Attac tenta constituir uma fonte de alternativas. A Attac foi fundada em 1998 e sua primeira proposta concreta foi a fixação de impostos nas transações financeiras com a finalidade de criar um fundo de desenvolvimento para ajudar a conter a especulação financeira. Isto é o que deu nome à Attac: a Associação para a Fixação de Impostos nas Transações Financeiras para Ajudar aos Cidadãos. Hoje em dia a Attac está presente em grande quantidade de países e suas atividades abrangem grande variedade de questões: a OMC e as instituições financeiras internacionais, dívida pública e fixação de impostos nas transações financeiras, paraísos fiscais e serviços públicos, água e zonas de livre comércio (Americana, Européia etc.). Em cada país, a associação têm grupos trabalhando em diversos temas. Todos estes grupos estão envolvidos em campanhas nacionais e internacionais cujo objetivo é propor alternativas sólidas à ortodoxia neoliberal, baseadas na solidariedade global”. (In: *Qu’est-ce que Attac?*, Portal Attac.org, a 30/jun./2009.)

¹⁵ E, para tanto, considera-se *paradigmática* a atuação –outra vez, política e editorial– de *intelectual coletivo típico*. A concepção de *intelectual coletivo*, tal qual a imprensa como *aparelho privado de hegemonia*, provém de Gramsci.

¹⁶ Durante os anos 90 e 2000 uma série de mortes súbitas foram decretadas. A História teria tido seu fim. O mesmo teria experimentado a ideologia. A luta de classes teria sido tão-só “ilusão vermelha” e, *idem*, para o *trabalho social*.

O internacionalismo revolucionário da *Associação Internacional dos/as Trabalhadores/as* (AIT) –e/ou a I Internacional– é hodiernamente invocado para designar a natureza *mundial* desta “primavera social”. Coteja-se a plêiade análoga de posições presentes entre os “de antanho” – marxistas, bakuninistas etc.– e os de hoje (ecologistas, feministas etc.), por um lado e, por outro, o anticapitalismo que se opunha ao *Zeitgeist* econômico *liberista* e oitocentescos é contrastado ao sentimento “antiglobalização” de uma geração que viu renascer das cinzas a ideologia do *laissez-faire* neoclássico sob epíteto de “neoliberalismo”. Muitos/as são aqueles/as que insistem em chamar o fenômeno qual “*novo internacionalismo*” associando-o ao *Fórum de Porto Alegre*.

Para além destas semelhanças ... o espectro social presente em Porto Alegre é sem dúvida muito mais amplo do que o convocado em Londres em 1864 (...). Esta amplitude é resultado de dois fatores (...). i) Por um lado da atual dimensão, tanto espacial como social, da mundialização capitalista em curso. Estendida a quase todo o globo, suas conseqüências, em termos de concentração da riqueza e depredação da vida ..., fazem-se sentir sobre uma ampla gama de ... grupos sociais. ii) Neste sentido a difusão, à escala planetária, do capital como relação social que permeia e reconfigura, em sentido socialmente regressivo (...) –os conseqüentes processos de concentração da riqueza e do poder em igual escala– *fizeram da palavra-de-ordem “o mundo não é uma mercadoria” e, da importância de uma estratégia internacional, (...) referências insoslaíveis deste movimento.* (SEOANE e TADDEI, 2001).

Se autores como Noam Chomsky, Ignacio Ramonet e, por vezes, Michael Löwy conjuram em seu auxílio os espíritos do algo remoto 1864, *tomando-lhe emprestados os nomes, os gritos-de-guerra e as roupagens* para apresentar à juventude antiglobalização um referencial alternativo digno deste nome, não consideramos que o fazem por acaso. Um espectro anti-socialdemocrático e anti-estalinista circunda a estes movimentos –o que justifica o descarte da II Internacional, reformista, e da III Internacional, burocratizada–, mas, o que estará detrás da desconsideração da perspectiva revolucionária da Quarta Internacional? Certamente, múltiplas determinações, avessas a qualquer reducionismo.¹⁷ Não obstante, cabe sublinhar que à desconfiança instintiva das novas gerações ao internacionalismo revolucionário –amplamente justificada– vem somar-se horizonte intelectual que não se propõe a considerar a superação histórica da Ordem do Capital como fundamento imprescindível de “Outro Mundo Possível” –*consigna* que denotaria vibrante disposição em criar algo que jamais existiu–, e relutam em encarar a discussão sobre a formação de sujeitos da transformação global em termos histórico-estruturais e sociais-classistas. Ante a afirmação alterglobal de que “Outro Mundo É Possível”, primeiro, deixemos algo muito claro: i) é preciso humanizar a homens e mulheres –e não ao Capital–, e, segundo, ii) que o construamos para além, e sob os escombros, deste. O “resgate do passado” visa, desta forma, elidir a Crise Estrutural do Capital e, à última instância, “*fugir de sua solução na realidade*” (MARX, 1997).

¹⁷ Caçado, exilado e, finalmente, assassinado a mando de Stálin –e, em conseqüência destas condições aterradoras, desprovido de contanto direto com o proletariado de qualquer nação– Trotsky e o movimento Oposição de Esquerda nunca defeccionaram à bandeira do internacionalismo revolucionário, a qual seria derrotada pelo “campismo social”.

(O horizonte organizativo da I Internacional é reivindicado na atualidade –note-se– somente por organizações como a velha CNT-AIT e a nova CGT, centrais sindicais espanholas/catalãs caudatárias da bandeira rubro-negra do anarco-sindicalismo clássico, além de poucas organizações francesas, italianas e uruguaias. Aí estão contudo os primeiros passos histórico-independentes do *internacionalismo*.¹⁸ Trata-se da tenra infância da perspectiva crítica que Karl Marx –e muitos, antes e depois dele– denominou enquanto sendo “comunista-internacionalista”.)

Em tempos de evidenciação manifesta da *crise estrutural do capital*¹⁹ outrossim podemos observar uma patente reversão tendencial do ponto de vista do discurso e das práticas do LMD. Mesmo que passível de discussão, por seu caráter e limites, a propositura inicial da impoção político-editorial subjacente ao projeto de LMD minimamente poderia ser considerada *utópico-negativa* –ainda que parcial e insuficiente, em sua negação crítica à ordem social estabelecida–, ao passo que hoje não se pode hesitar em caracterizá-la como *ideológico-positiva*, o que, na perspectiva do pensamento social-filosófico clássico, significa um horizonte *apologético* do real. A afirmação ideológica da ordem estabelecida pode ser aferida nas mais recentes declarações, entrevistas e publicações do núcleo político-editorial duro ligado ao LMD e à ATTAC-França. Suas declarações mais recentes dão conta da passagem do *antiglobalismo* à *altermundialização*. Certamente o tal *deslizamento de sentido* –já que *não podemos falar em deslocamento político*– já se prenunciava *in nuce* em suas primeiras elaborações. Junto à polarização social que se processa coetaneamente à crise econômica mundial, seus principais representantes falam sobre “crash perfeito” e “pós-altermundialismo”, num contexto em que vêm à tona toda sorte de crítica a caráter e limites político-organizativos do FSM no sentido de ordenar transformações globais. *As classes em presença* surgem –marcadamente– num *embate hegemônico de projetos sociais*.

¹⁸ A cultura libertária –em especial o anarquismo coletivista da Europa Mediterrânea, que veio a formar a primeira expressão geracional do movimento social operário no Brasil com suas imprensa, associações e palavras-de-ordem– talvez tenha algo a nos ensinar sobre isso. Duas *consignas* libertárias, em especial, ajustam-se como luvas à ocasião. Uma é a de “*render-se nunca, retroceder jamais*” –instinto de classe salutarmente intransigente– e a outra, síntese exasperada de momentos decisivos de luta direta: “*passos atrás, nem para tomar impulso*”. Aí está uma bela homenagem à memória histórica de nossos/as predecessores/as. O revival anarquizante em dias atuais –autonomista e “multitudinário”–, ora sintetizado na palavra-de-ordem “mudar o mundo sem tomar o poder” ou na disjuntiva “multidão versus império” estão, na verdade, muito longe de se equiparar ao que já foi a outrora pujante corrente artesã do anarquismo clássico. Nas presentes coordenadas históricas, nas quais impera a crise de hegemonia, *o velho morre e o novo não pode nascer* e enfim *verificam-se fenômenos mórbidos os mais variados* (Gramsci, 1975).

¹⁹ O debate sobre a *crise estrutural do capital* –competentemente problematizada por Antunes (2004), Mészáros (2002) e outros/as autores/as marxistas– traz à tona uma *contradição fundamental do modo de produção dominante*, relacionada à *composição orgânica do capital* e, notoriamente, à *lei histórica da queda tendencial da taxa de lucro*. Compreendida –a crise– a partir de abordagens diversas mantém-se, porém, o marco referencial de uma ruptura ocorrida com as formas de acumulação desenvolvidas anteriormente à década de 1970, correspondente à exaustão do dito *consenso keynesiano*, que esgota sua possibilidade histórica de desenvolvimento das forças produtivas no sentido da expansão progressiva do “processo civilizatório”, de forma *estrutural* e numa abrangência *sistêmica*, perspectivas estas que se aproximam diretamente da formulação de Karl Marx (no Livro III d’*O Capital*) sobre uma crise secular intrínseca à lógica do capital e –de forma mediatizada, em torno aos seus desdobramentos e incidência teórico-política sobre as lutas de classes– à subsequente disjuntiva histórica implicitamente *anunciada* pelo mesmo Marx e explicitamente *enunciada* por Rosa Luxemburgo –*socialismo ou barbárie*–, Mészáros agrega: *ou extermínio*.

Qual significado adjudicado –o sentido atribuído–, hoje, a este “*Outro Mundo Possível*”? Ignacio Ramonet e Bernard Cassen colocam-se abertamente pela reconstrução de uma nova ordem econômica internacional ou –desde suas palavras– um *novo Acordo de Bretton Woods*²⁰ que inclua a países tal Brasil, Rússia, China e Índia. É a “mundialização” da velha impostura da economia política *à la* “terceira via” –“síntese” de crítica marxiana e modelo keynesiano–, a qual teve lugar entre a Escola Regulacionista e, principalmente, em sua corrente parisiense (para a crítica radical, factual e demolidora: Braga, R. *A nostalgia do fordismo*. SP: Xamã, 2003). Michael Aglietta, Robert Boyer e Benjamin Coriat apresentaram a Crise Estrutural do Capital –*débatte* de Bretton Woods, manifesta no choque do petróleo de 1973 e na persistente inflação– enquanto *crise de réglementation* econômica de determinado *régime d’accumulation* de capital. Mitigando às contradições iminentes da sociedade do capital –teorizadas desde Karl Marx–, o programa passa a ser harmonizar demandas do Capital e exigências do Trabalho por meio da mediação institucional global dum sistema mundial interestatal –ou, dizem eles– “reconstruído”.

Por fim, *não se pode servir a dois amos*. Desde o viés de “*Outra Comunicação Possível*”, no lapso que percorre estertores dos anos 90 e finais dos anos 2000, uma série de propostas e/ou “equivalentes jornalísticos” gerais se apresentaram à cena histórica. Uma infinidade de nomes pulularam para designá-los: jornalismo público, jornalismo cidadão, “jornalismo crítico” e etc. Em versões mais contemporâneas, assumiram a face do jornalismo partícipe-colaborativo ou jornalismo compartilhado-*Copyleft*,²¹ alternativo-cooperativado ou Taxa *Tobin*-Comunicação.²² Também o último FSM –e o Fórum Mundial de Mídia Livre– trouxeram novos vieses e, a estes, deveríamos acrescentar uma série de iniciativas ligadas a entidades, governos e órgãos vários.²³ *Com diferenças internas*, trata-se duma ampla ressonância do *verbo* e pouca efetividade da *ação*.

Em passagem exaustivamente citada –mas, poucas vezes compreendida– Marx e Engels explicam-nos que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda ordem societal, “em todas sociedades que desfilam pela história a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ..., é determinada pelo que a sociedade produz e como produz (...) as causas profundas das transformações sociais ... não devem ser procuradas nas cabeças dos homens (...) mas nas transformações ... no modo de produção” (Netto e Braz, 2009). Face à crise estrutural do capital é preciso reafirmar a centralidade ontológico-social do trabalho, bem como a renovada centralidade política da *classe trabalhadora* do ponto de vista social da perspectiva de *socialização* –não só da troca– *dos meios de produção* de bens comunicacionais.*

²⁰ Conferência de Nações Aliadas, II pós-guerra, para criar parâmetros mundiais voltados à acumulação capitalista.

²¹ O trocadilho com o termo *Copyright* já se popularizou o bastante como para, hoje, prescindir de maior explicação.

²² A taxação de conglomerados monopolistas de mídia em favor das finanças de radiodifusão popular e comunitária: a proposta partiu da Comissão Organizadora do seminário *Democratizando a Comunicação*, componente do II FSM.

²³ *CRIS Campaign* e Nova Ordem Mundial de Informação/Comunicação, *MacBride-Report* e *ConfCom-Brasil* etc.



REFERÊNCIAS

- ALI, Tariq. 2008. *O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60*. SP: Boitempo, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho. *Comuna*, Lisboa, N° 6, 2004.
- BARROS, Roberto della Santa. *Lutas Sociais, Neoliberalismo e Limites Democráticos no Brasil: gênese, formação e perspectivas da Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA*. Dissertação (Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, FCLCar, Araraquara, 2007.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*. RJ: Civilização Brasileira, 1999.
- BIANCHI, Alvaro. Desafios, limites e novas pistas no retorno de Marx. *Unicamp*, Campinas, nov.-dez/2007, p.2.
- BIANCHI, Alvaro. A fera amansada. *Rubra*, Lisboa, N.º 2, jun./2008, p.20-21.
- COUTINHO, Sérgio. *Possibilidades e Limites do Fórum Social Mundial: o movimento dos movimentos*. Dissertação (Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, ICS, Maceió, 2007.
- GONÇALVES, Maurício. *Sobre Emancipação no Movimento Altermundialista: lugar e trato da categoria trabalho no FSM*. Qualificação (Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, FCLCar, Araraquara, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi, 1975.
- LENIN, Vladimir I.U. *Que fazer?* – questões palpitantes de nosso movimento. SP: Ed. Hucitec, 1979.
- LEHER, Roberto. Universidade e Marxismo (Experiências de Educação Popular) [relatório]. *Laboratório de Políticas Públicas da UERJ/Observatório Social da América Latina CLACSO*. RJ: UERJ/CLACSO, 2005, p.01, mimeo.
- LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. *Lutas Sociais*, SP, N.º 3, 1998, p.21-30.
- HALIMI, Serge. Incentivar a dissidência, In: *Caminhos para uma comunicação democrática* [CPCD] SP: Instituto Paulo Freire/Le Monde Diplomatique Brasil [LMDB], 2007, p.61-70.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. RJ: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. SP: Boitempo, 2003.
- MÈSZÀROS, István. *O poder da ideologia*. SP: Boitempo, 2004.
- MÈSZÀROS, István. *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*. SP: Boitempo, 2002.
- MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização e poder*. RJ: Record, 2003.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano do senso comum ao senso crítico*. RJ: Revan, 2008.
- NETTO, José Paulo Netto e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. SP: Cortez, 2006.
- RAMONET, Ignacio. O quinto poder, In: CPCD. SP: Instituto Paulo Freire/LMDB, 2007, p.29-44.
- SADER, Emir. Soberania e democracia na era de hegemonia norte-americana. *Fórum*, SP, N.º Zero, 2001.
- SEOANE, José e TADDEI, Emilio (orgs.). *Resistencias Mundiales*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- SILVA, Luiz Fernando da. *Relatório sobre a participação do Núcleo Universidade Pública e Participação Popular no Fórum Social Mundial*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Bauru, 2001.
- VALEJO, Renina Sangermano e BARROS, Roberto della Santa. Neoliberalismo, Pensamento Único e Jornalismo de Mercado no Brasil: *XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (Intercom), Campo Grande, 2001.
- VIDAL, Dominique. Planeta Diplô, In: CPCD. SP: Instituto Paulo Freire/LMDB, 2007, p.121-130.
- *O presente texto compõe proposta de anteprojeto de doutoramento em regime de cotutela a Londrina e Barcelona.*